



PLANO DE GOVERNO PREFEITA ADRIANA ACCORSI GESTÃO 2025-2028

1. APRESENTAÇÃO

Goiânia vive uma crise de gestão que afeta seriamente a prestação de serviços públicos e impacta diretamente a qualidade de vida da população. Essa crise também se reflete na falta de planejamento, na ausência de transparência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, tendo como consequências desperdícios, fortes indícios de corrupção em várias áreas da administração municipal e uma manifesta incapacidade da gestão atual de captar e executar



projetos com recursos do governo federal. É visível, ainda, a falta de políticas e programas que atendam às necessidades dos grupos mais vulneráveis, que são aqueles que mais precisam de CUIDADOS da gestão municipal.

O Plano de Governo da candidata Adriana Accorsi para o período de 2025 a 2028 representa um compromisso firme com a construção de uma Goiânia moderna, sustentável e inclusiva. Em um cenário global marcado por desafios econômicos, sociais e ambientais, este Plano se propõe a ser um guia estratégico que orientará as ações da administração municipal, priorizando CUIDAR das pessoas e da cidade.

As propostas estão fundamentadas na necessidade de uma gestão pública moderna, que valorize a participação cidadã e a transparência em suas ações. Acreditamos que a construção de políticas públicas eficazes deve ser um esforço coletivo, envolvendo a sociedade civil e o poder público em um diálogo constante e construtivo. Assim, este Plano busca integrar as diversas áreas de atuação do governo, promovendo a articulação e a coordenação entre as políticas públicas.

O Plano de Governo de Adriana Accorsi apresenta propostas concretas, inovadoras e parcerias estratégicas, que visam transformar a cidade em um espaço mais acolhedor e acessível a toda a população. Queremos, com essas propostas, CUIDAR das pessoas, enfrentar as desigualdades sociais, garantir direitos e promover a inclusão e a justiça social. Queremos também construir uma cidade moderna, sustentável e inclusiva, garantindo a participação ativa da sociedade por meio de aplicações tecnológicas e ferramentas modernas necessárias para uma gestão pública eficaz.

Neste Plano de Governo está previsto um conjunto de grandes obras estratégicas para a infraestrutura de Goiânia, com destaque para a conclusão das obras do Parque Macambira-Anicuns, da Avenida Leste-Oeste e do BRT; para a construção de trincheiras previstas para as saídas da cidade, de 25 CMEIs novos e de uma rede de bacias de retenção de água nos parques, praças e áreas públicas; da instalação de jardins de chuva e poços de infiltração em áreas públicas, entre outras.

Vamos juntos Somar por Goiânia! Este Plano está sendo construído coletivamente e continua aberto a contribuições por meio da Plataforma Plano Somar por Goiânia (<https://planosomarporgoiania.com.br/>). Vamos juntos CUIDAR das pessoas e de Goiânia!

2. ADRIANA ACCORSI, UMA LÍDER.

Nasci em Itapuranga, interior de Goiás, mas vim para Goiânia muito cedo, com dois anos. Fui criada no Jardim Novo Mundo e, desde muito pequena, sonhei em ser policial.

Com muito orgulho, realizei esse meu sonho de infância, ao me formar em Direito na Universidade Federal de Goiás (UFG), fazer pós-graduação em Segurança Pública e Ciências Criminais, e passar no primeiro e único concurso que prestei. Há 25 anos, tenho a honra de ser Policial Civil.



Fui Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, por quase 10 anos. Cheguei ao cargo máximo da minha corporação como a primeira mulher a ser Delegada-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás. Nessa posição, trabalhei em defesa das mulheres, crianças e por uma polícia mais humana. Fui também Secretária Municipal de Defesa Social de Goiânia, área responsável pela Defesa Civil e pela Guarda Civil Metropolitana. Essas experiências me permitiram entender as necessidades da nossa cidade e reforçaram a importância de aprender a ouvir a população.

Depois disso, meu pai, Darci Accorsi, me fez um convite para participar da política. Ele, que foi prefeito de Goiânia, me convenceu que na política a gente pode ajudar muito mais as pessoas. Seguindo seu conselho, em 2014, fui eleita deputada estadual, reeleita em 2018 e eleita deputada federal em 2022. E desde então, tenho trabalhado por projetos que promovem qualidade de vida, segurança, inclusão e justiça social.

A inspiração de ser prefeita de Goiânia sempre esteve comigo. Além de poder continuar o legado do meu pai, eu me preparei para esse desafio ao longo da minha vida. Estou comprometida em articular com os Governos Federal e Estadual com total transparência, para poder trazer o máximo de benefícios que atendam às necessidades da nossa gente.

Este plano de governo está em construção contínua, refletindo aquilo que a cidade está pensando e precisando. É um plano que traz felicidade, sonhos e esperança para a cidade que tanto amamos.

Goiânia enfrenta grandes e graves desafios e a solução está em todos nós. Juntos, vamos trabalhar para fazer Goiânia voltar a sorrir, voltar a ser feliz. Esse é o nosso compromisso.

Convido todos para me ajudar a CUIDAR da nossa cidade, CUIDAR da nossa gente.

3. GOIÂNIA HOJE

Segundo os dados do Censo do IBGE de 2022, a população brasileira alcançou a marca de 203 milhões de pessoas, o que representou um crescimento de 6,5% em relação aos dados do Censo de 2010. Goiânia, por sua vez, no mesmo período, aumentou a sua população de 1.302.001 para 1.437.366 habitantes, o que representou um aumento percentual de 10,4%, bem acima da média nacional. Mais impactante ainda foi o crescimento da população da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que passou de 2.178.892 habitantes em 2010 para 2.600.560 em 2022, representando um crescimento percentual de 19,35%, o que fez com que a RMG se tornasse a segunda região metropolitana no Brasil com maior crescimento populacional nesse período. Esse aumento populacional coloca desafios importantes para a gestão da cidade, uma vez que a demanda por serviços públicos de qualidade aumenta de forma correspondente. As reivindicações por mais e melhores serviços na saúde, na educação, no transporte coletivo, na coleta de lixo, na segurança, entre outros, em um cenário de conhecidas limitações orçamentárias, exigem mudanças, coragem, novas competências e novas posturas na gestão municipal. A modernização da gestão pelo uso qualificado das novas tecnologias, o pleno conhecimento da situação do município por meio de dados confiáveis e atualizados, a otimização do uso de recursos públicos, o planejamento com definição de prioridades e



participação da comunidade, a articulação com os governos estadual, federal e municípios da Região Metropolitana de Goiânia, a criatividade, a sensibilidade, a ousadia e, sobretudo, a competência administrativa são alguns dos pilares do Plano de Governo de Adriana Accorsi.

Na construção deste Plano de Governo, foram explicitadas propostas em 17 eixos temáticos, elaboradas após um amplo debate com muitas pessoas, entre especialistas, acadêmicos, representantes de movimentos sociais, militantes e representantes de partidos políticos e a população em geral. Com o intuito de ampliar a participação da sociedade, foi disponibilizada uma plataforma (<https://planosomarporgoiania.com.br/>) por meio da qual todos os cidadãos e cidadãs podem ter acesso às propostas do Plano, bem como apresentar as suas propostas e sugestões.

Entre as principais preocupações da população, estão a melhoria dos serviços de saúde, de educação, de limpeza urbana, de mobilidade e segurança pública. Na saúde, por exemplo, são apontadas a ineficiência de atendimento na atenção básica, média e de alta complexidade, evidenciada pela redução no número de consultas; a fragilização do Programa Mais Médicos; a redução das equipes de saúde da família; a dificuldade no agendamento de consultas; o crescente aumento da fila de espera por cirurgias; a precariedade no atendimento de urgência e emergência – um quadro preocupante que indica fragilidades e ineficiências do sistema municipal de saúde.

Entre os principais problemas destacados pela população na educação, estão a falta de vagas nos CMEIs; as obras inacabadas; o déficit de profissionais; professores sem vínculo efetivo; demora na convocação de concursados; insatisfação com o plano de carreira e remuneração; condições precárias de trabalho e saúde, e falta de transparência na gestão dos recursos. É urgente reconstruir a educação municipal para garantir qualidade no ensino, essencial para a cidadania, a vivência democrática e o enfrentamento das desigualdades e preconceitos.

Em relação à limpeza urbana, entre os aspectos mais problemáticos levantados pela população e por especialistas, estão os seguintes: deficiências na varrição da cidade; irregularidades na coleta do lixo; falta de gestão dos resíduos sólidos, de efetividade da coleta seletiva e de licenciamento ambiental do aterro; fragilidades na infraestrutura para a coleta e o tratamento dos resíduos, e a desestruturação da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG). Essas são questões críticas que afetam a qualidade de vida dos cidadãos e a imagem da cidade.

Quanto à mobilidade urbana, na perspectiva da população, os principais problemas são os seguintes: congestionamentos frequentes; atrasos e lotação dos ônibus coletivos; ausência de acessibilidade adequada para PCDs; falta de sincronia e modernização dos sistemas de semáforos, de conexão e de segurança das ciclovias; calçadas em condições precárias; inexistência de integração entre os diferentes modais de transporte; ineficiência da gestão do tráfego, e falta de monitoramento do tráfego, tornando urgente a implementação de políticas que promovam um transporte humanizado, seguro, mais sustentável e acessível para todos.

Entre os pontos mais graves apontados pela população na segurança públicas, estão os altos índices de criminalidade e violência que afetam, especialmente, as mulheres, os jovens negros,



crianças e idosos; a falta de integração entre as forças de segurança, e a ausência de políticas públicas eficazes para a prevenção e o combate à violência, ao tráfico de drogas e ao crime cibernético. Para enfrentar esses problemas, é fundamental desenvolver um plano municipal de segurança, que seja articulado com os governos estadual e federal e com os demais municípios da Região Metropolitana, visando garantir um ambiente mais digno e seguro para todos.

Além das questões pontuais indicadas anteriormente, este Plano de Governo aborda e propõe soluções para os problemas que impactam diretamente a população, imprescindíveis para uma gestão efetiva no CUIDADO com as pessoas e com a cidade de Goiânia.

4. GOVERNANÇA: UMA GOIÂNIA MODERNA, INOVADORA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA

A incerteza do cenário econômico contemporâneo, a persistência das desigualdades sociais e a emergência das mudanças climáticas colocam grandes desafios à gestão pública, em qualquer uma das três esferas de governo. Para lidar com esses desafios, os gestores públicos devem ter, além da necessária qualificação técnica, acesso a dados e informações atualizadas sobre a realidade e, sobretudo, a ousadia de propor bons planos e boas estratégias de governo. Improvisação e voluntarismo como método de governo não são bons caminhos. Um conjunto básico de indicadores deve ser selecionado pela gestão municipal para retratar, da forma mais atual e realista possível, a situação do município de Goiânia nas diversas áreas de políticas públicas, seja na assistência social, na mobilidade urbana, na educação, seja na saúde, no transporte, na habitação popular e na segurança, apenas para mencionar algumas. A construção de um Plano de gestão bem fundamentado e estruturado parte da premissa do pleno conhecimento do cenário atual, da legislação pertinente e do domínio das informações e dados extraídos dos indicadores selecionados. Como resultado, será possível obter um diagnóstico municipal consistente e realista, que permita enxergar melhor as potencialidades e fragilidades do município, desde os seus aspectos mais amplos relacionados ao quadro social, à situação econômica e à situação ambiental, até as situações mais específicas em cada uma das áreas de atuação do município. Portanto, um Plano bem estruturado, fundamentado em dados da realidade sociodemográfica, na dinâmica conjuntural do emprego, das restrições e condicionantes ambientais de um município, é um ponto de partida relevante para assegurar que as políticas e os programas municipais estejam mais ajustados às demandas e necessidades da comunidade local, o que amplia as chances de efetividade e de sucesso do Plano de governo.

O foco deste Plano de Governo são as políticas públicas voltadas para os seguintes segmentos e áreas: Mulheres, Educação, Atenção à Saúde de Qualidade Integral para todas as pessoas, em todos os níveis, Cultura, Diversidade, Comunidade LGBTQIA+, Juventude, Infraestrutura Verde, que abrange o abastecimento de água e a segurança hídrica, a despoluição do rio Meia Ponte, a drenagem natural, a arborização urbana, os parques e unidade de conservação, a ocupação e o uso do solo, o direito à cidade, a garantia de direito à infraestrutura e a equipamentos urbanos, a revitalização do centro de Goiânia e de Campinas, a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; a Mobilidade Urbana, que inclui o transporte coletivo, o trânsito e a segurança viária, a mobilidade ativa; a Infraestrutura Cinza e Infraestrutura Social,



a Transformação Digital, o Esporte e Lazer, o Desenvolvimento Social, que inclui habitação de interesse social e regularização fundiária; o Desenvolvimento Econômico, Finanças e Modernização da gestão fiscal do município; a Ciência, Tecnologia e Inovação, a Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana e Periurbana e a Segurança Pública. As propostas a seguir visam mais sustentável e integrada, com o objetivo de enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos de Goiânia. As propostas e diretrizes apresentadas na sequência foram elaboradas na perspectiva de construção de uma administração municipal efetiva, integrada e transparente.

- ✓ Aprimorar as estruturas de trabalho de todas as secretarias e órgãos da gestão municipal com foco na eficácia e efetividade da gestão da prefeitura.
- ✓ Realizar um planejamento estratégico que integre as diversas áreas da administração pública, buscando otimizar e simplificar os serviços para atender às demandas sociais adequadamente.
- ✓ Implementar diretrizes programáticas que priorizem as áreas-fim, como a saúde, a educação, o desenvolvimento urbano, a segurança, a assistência social, o transporte e a infraestrutura de serviços à sociedade.
- ✓ Incentivar a participação cidadã no processo de planejamento, como estratégia para garantir que as ações do governo reflitam as reais necessidades e prioridades da população.
- ✓ Integrar as diversas secretarias, órgãos da prefeitura e seus respectivos processos e sistemas, elementos estruturais importantes para articular o processo de coordenação das diferentes áreas da administração municipal.
- ✓ Adotar novas aplicações tecnológicas para facilitar e simplificar os processos administrativos, incluindo a implementação de um governo digital que utilize dados para otimizar serviços e reduzir desperdício, redundância e retrabalho. Isso inclui a criação de aplicativos e plataformas digitais para facilitar o acesso aos serviços públicos.
- ✓ Implementar política de desenvolvimento de pessoas com objetivo de formação e capacitação continuada dos servidores públicos.
- ✓ Estabelecer diretrizes de gestão de pessoas que valorizem as competências dos servidores da prefeitura.
- ✓ Garantir que os profissionais da prefeitura sejam reconhecidos pelo comprometimento com a integridade e a efetividade dos serviços públicos, com foco no cidadão.
- ✓ Integrar as diversas políticas públicas para garantir que as ações sejam complementares e eficazes, utilizando a comunicação institucional como ferramenta para conscientizar a população sobre seus direitos e promover a participação ativa. Isso implica integrar as políticas locais com as políticas nacionais.



- ✓ Implementar mecanismos de gestão para monitorar e avaliar continuamente os programas implementados, utilizando indicadores estratégicos que garantam a transparência e a participação cidadã.
- ✓ Modernizar a gestão de serviços ao cidadão e aprimorar a relação com as empresas.
- ✓ Implementar novas tecnologias na gestão da cidade e integrar dados públicos.
- ✓ Estimular e facilitar a participação cidadã.
- ✓ Melhorar a mobilidade urbana, com a adoção de novas tecnologias.

5. AS MULHERES, NOSSA FORÇA TRANSFORMADORA

A desigualdade entre mulheres e homens é uma questão de poder na sociedade. Em Goiânia, as mulheres representam 52,6% da população e são as principais usuárias de serviços essenciais, como transporte público, saúde e educação. É fundamental garantir proteção, apoio e justiça para todas as mulheres da cidade, fortalecendo redes de acolhimento e acesso a serviços de saúde integral. Além disso, é necessário promover a educação para a igualdade de gênero e garantir um ambiente seguro e inclusivo para todas as mulheres de Goiânia. Em Goiânia, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) foi aprovada por lei no governo Paulo Garcia, com políticas de empoderamento e combate à violência contra a mulher. No entanto, atualmente, a SMPM tem uma atuação aquém das demandas desse segmento pela falta de estrutura e orçamento insuficiente. Para dar respostas às demandas das mulheres, essa secretaria será complementemente reformulada.

6. EDUCAÇÃO - PRINCÍPIOS PARA A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

Nos últimos anos, a gestão da Prefeitura de Goiânia tem sido marcada por problemas na educação, incluindo falta de vagas nos CMEIs, obras inacabadas, déficit de profissionais, professores sem vínculo efetivo, demora na convocação de concursados, insatisfação com plano de carreira e remuneração, condições precárias de trabalho e saúde e falta de transparência na gestão dos recursos. É urgente reconstruir a educação municipal para garantir qualidade no ensino, essencial para a cidadania, a vivência democrática e o enfrentamento das desigualdades e preconceitos.

A educação, como direito constitucional, político, social, humano e subjetivo, é fundamental para construir uma Goiânia mais justa, ética e sustentável. Como direito constitucional, é preciso garantir financiamento, acesso, permanência, inclusão e conclusão dos estudos para todos; como direito político, deve-se assegurar uma gestão democrática com diretores eleitos pela comunidade escolar; como direito social, é necessário garantir formação cidadã e qualidade na educação, valorizando profissionais com formação, plano de carreira, remuneração adequada e condições dignas de trabalho; como direito humano, é importante considerar fatores pedagógicos, curriculares, socioeconômicos e culturais, valorizando a diversidade e os



povos tradicionais, e, como direito subjetivo, é essencial assegurar universalidade, gratuidade, obrigatoriedade, gestão democrática, laicidade, equidade e inclusão.

Para isso, as instituições de educação básica devem promover o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para a cidadania e o trabalho, com ensino de qualidade que enfrente desigualdades e preconceitos, promovendo justiça social e desenvolvimento sustentável. Nenhuma criança, adolescente ou jovem deve ficar fora da escola!

7. ATENÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE, INTEGRAL, PARA TODAS AS PESSOAS, EM TODOS OS NÍVEIS

Saúde de qualidade e integral passa pela garantia de acesso a serviços de saúde para todas as pessoas, independentemente de sua condição social, em todos os níveis de atendimento. A proposta enfatiza a importância de uma abordagem que considere as especificidades de cada indivíduo, promovendo a integralidade do cuidado e a continuidade do atendimento. Além disso, busca-se fortalecer a rede de serviços de saúde, assegurando que as ações sejam coordenadas e integradas, com foco na prevenção, na promoção da saúde e no tratamento, visando melhorar a qualidade de vida da população e reduzir desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Atualmente a rede municipal de saúde em Goiânia revela uma estrutura complexa, composta por diversos órgãos e unidades, incluindo 83 Centros de Saúde, 21 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e serviços de residência terapêutica. No entanto, a gestão enfrenta desafios significativos, como a ineficiência na atenção básica e a redução no número de consultas, que impactam diretamente a qualidade do atendimento. A fragilização do Programa Mais Médicos e a diminuição das equipes de saúde da família agravam a situação, resultando em um aumento nas consultas de urgência e emergência, o que indica falhas no sistema de saúde. Além disso, o envelhecimento populacional e as mudanças sociais e econômicas têm contribuído para o aumento de doenças crônicas, como obesidade e doenças cardiovasculares. A falta de integração entre os serviços de saúde e outros setores, como mobilidade e meio ambiente, também é um problema destacado. A gestão da saúde em Goiânia carece de planejamento, monitoramento e avaliação adequados.

Existem outros problemas, entre eles, a política de saúde bucal que enfrenta um cenário de exclusão, com acesso reduzido aos serviços odontológicos, especialmente para pessoas com deficiência. Observa-se, ainda, alto índice de absenteísmo entre os profissionais da área da saúde, sendo a principal causa o adoecimento por problemas de saúde mental, o que indica ausência de uma política de saúde e valorização da trabalhadora e do trabalhador. Apesar de um aumento no número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os atendimentos diminuíram, refletindo um desmonte na política de saúde mental. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de melhorias e integração entre os serviços de saúde em Goiânia.

8. CULTURA



Por meio da cultura, Goiânia fortalece a sua identidade local, promove a inclusão social e estimula a economia criativa. Goiânia carece de ações efetivas para atualizar e fortalecer as políticas culturais, apoiar a produção artística e promover a diversidade cultural da cidade. As ações propostas abrangem desde a reestruturação institucional até a organização de eventos culturais e a revitalização de espaços dedicados à cultura.

9. DIVERSIDADE

9.1 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Este tema resume as reflexões de estudiosas(os) e ativistas do movimento negro sobre políticas raciais, baseadas no Estatuto da Igualdade Racial (2010) e no Plano Nacional de Ações Afirmativas (2023). As propostas seguintes dialogam diretamente com os temas Direito à Vida e à Dignidade, Educação, Inclusão e Memória, Direito à Terra e à Moradia e Trabalho e Emprego.

COMUNIDADE LGBTQIA+

O governo municipal, por meio de suas diferentes pastas, assegurará a execução de políticas e programas públicos visando garantir os direitos e a cidadania da comunidade LGBTQIA+, cuidando da saúde integral, assistência social, cultura, empregabilidade, educação inclusiva e segurança por meio de órgãos da gestão municipal e parcerias com ONGs e outras entidades representativas. Para o alcance desses objetivos, propõem-se:

JUVENTUDE

O desenvolvimento deste plano para atender às demandas da juventude é essencial para transformar a realidade dos jovens de Goiânia, identificando problemas e propondo soluções concretas. Buscamos construir uma cidade mais justa e inclusiva, garantindo acesso a oportunidades para o pleno desenvolvimento dos jovens. A participação ativa dos jovens na elaboração deste plano indica que estamos no caminho certo para atender às suas necessidades e assegurar um futuro melhor para todos. Este plano visa garantir acesso à educação, saúde, cultura, esporte, lazer de qualidade e mobilidade urbana mais inclusiva.

10. INFRAESTRUTURA VERDE

Seguindo a abordagem usada nos relatórios do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, apresentamos nossas propostas para o território da cidade de Goiânia em quatro camadas que se articulam: infraestrutura verde, uso e ocupação do solo, infraestrutura cinza e infraestrutura social. A infraestrutura verde é um conjunto de elementos naturais e seminaturais que inclui parques e reservas naturais, quintais e jardins, cursos d'água, áreas úmidas, ruas e corredores de transporte verdes e ecológicos, alamedas, praças, coberturas verdes, jardins verticais e muros vivos, campos esportivos e ruas arborizadas, entre outros. A infraestrutura verde é fundamental para aumentar a resiliência das cidades diante de eventos climáticos extremos, como enchentes e ondas de calor, além de proporcionar espaços de lazer e bem-estar para a população. A implementação de soluções que levem em consideração os cuidados com a infraestrutura verde requer planejamento cuidadoso e



colaborativo entre diferentes setores da sociedade, visando ao desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SEGURANÇA HÍDRICA

A universalização do fornecimento de água tratada está em risco devido ao crescimento populacional e à redução da vazão dos mananciais. A Região Metropolitana de Goiânia possui dois pontos de captação de água e três estações de tratamento, mas precisa completar a infraestrutura de adutoras para interligar os sistemas de distribuição João Leite e Meia Ponte. Por isso, a gestão municipal de Goiânia deve ser fortalecida para planejar a gestão e segurança hídrica, especialmente diante das mudanças climáticas.

Despoluição do Rio Meia Ponte e seus afluentes

A despoluição do Rio Meia Ponte é crucial para Goiânia e para as cidades a jusante. O monitoramento da qualidade da água, o combate ao esgoto clandestino e a ampliação das áreas de conservação são essenciais para recuperar o Rio Meia Ponte. Para despoluir o rio, é necessário tratar todos os seus afluentes em Goiânia, ampliar a eficiência da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Hélio Seixo de Brito, e construir ou ampliar ETEs na região leste, onde atualmente o esgoto é despejado in natura.

Drenagem natural

As mudanças climáticas intensificam chuvas torrenciais, alagamentos e enchentes, desafiando a infraestrutura de drenagem urbana. A estratégia para enfrentar esses desafios inclui proteger fundos de vale, córregos e rios, respeitar Áreas de Proteção Permanente e reflorestar para reduzir a velocidade da água. A rede de drenagem deve integrar infraestrutura verde (rios, córregos, áreas verdes) e cinza (galerias pluviais, sarjetas). A ampliação de áreas de infiltração e a implementação de bacias de retenção são essenciais para aumentar a resiliência da cidade.

Arborização urbana

A arborização urbana melhora a qualidade de vida das pessoas por proporcionar diversos benefícios, como a redução da poluição do ar, o aumento da biodiversidade, a mitigação do calor urbano e a promoção de espaços de lazer e convivência. Para que a arborização seja eficaz, é necessário um planejamento adequado, que inclua a escolha de espécies apropriadas, a criação de um inventário das árvores existentes e a implementação de um plano de manejo. Além disso, a participação da comunidade é essencial para garantir a preservação e o cuidado com as árvores, promovendo um ambiente urbano mais saudável e sustentável.



Parques e Unidades de conservação

Parques e Unidades de Conservação são áreas protegidas que desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade, na promoção do lazer e na melhoria da qualidade de vida urbana. Essas áreas oferecem espaços para pesquisa, lazer, educação ambiental e conservação de ecossistemas, contribuindo para a saúde física e mental da população. A gestão eficaz dessas unidades envolve a implementação de infraestrutura adequada, como trilhas, áreas de lazer e sistemas de monitoramento, além de ações de educação ambiental que incentivem a participação da comunidade na preservação dos recursos naturais. A criação e manutenção de parques e unidades de conservação são fundamentais para mitigar os impactos da urbanização, promover a sustentabilidade e garantir que as futuras gerações possam desfrutar dos benefícios que esses espaços proporcionam.

11. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

A ocupação do solo da cidade com casas, edificações, vias e bairros ordenam a vida urbana. O planejamento urbano é determinante para a qualidade de vida e para a justiça social. Nosso plano considera essa uma segunda camada de ocupação do território, que se sobrepõe à infraestrutura verde, que é naturalmente determinada.

Neste Plano destacamos a necessidade de implementar políticas que promovam a justiça social e a inclusão, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso à habitação digna e infraestrutura adequada. Propõe-se a utilização de instrumentos do Plano Diretor para ocupar vazios urbanos, regularizar áreas informais e incentivar a construção de equipamentos públicos que atendam às demandas da população. Além disso, enfatiza a importância de um planejamento participativo, em que a comunidade seja envolvida nas decisões sobre o uso do solo, contribuindo para a criação de um ambiente urbano que respeite as necessidades e direitos dos goianienses.

DIREITO À CIDADE

O conceito de "Direito à Cidade" enfatiza a importância de garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente urbano que atenda às suas necessidades, promovendo qualidade de vida, inclusão social e sustentabilidade. Este plano propõe a implementação de políticas e programas que assegurem a ocupação e o uso do solo de forma adequada e eficiente, priorizando a participação da comunidade nas decisões urbanas. Além disso, destaca a necessidade de regularização fundiária, proteção de áreas vulneráveis e criação de espaços públicos acessíveis.

GARANTIA DE DIREITOS À INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS

A garantia de direitos à infraestrutura e a equipamentos urbanos é uma parte fundamental para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Para alcançar esse objetivo, a gestão de Goiânia deve assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma infraestrutura urbana de qualidade e a equipamentos públicos que promovam o bem-estar social. Essas



iniciativas são fundamentais para melhorar a qualidade de vida, incentivar a ocupação ordenada do território e promover a integração social.

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO E CAMPINAS

O Centro de Goiânia e Campinas enfrentam degradação e desocupação, com edifícios abandonados e patrimônio histórico deteriorado. Escolas tradicionais fecharam, e jovens famílias não conseguem morar no Centro devido ao alto custo dos imóveis e à falta de projetos habitacionais. Esse fenômeno esvazia o Centro e expande a ocupação para áreas periféricas. O Centro, apesar do movimento comercial diurno, perdeu relevância para shoppings, que oferecem ambientes controlados e seguros. O desafio é tornar o Centro um espaço plural, habitado, seguro e interessante, com vida noturna e atividades nos finais de semana.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

O patrimônio é mais que um conceito acadêmico que busca sintetizar o conjunto de bens materiais e imateriais que formam a identidade de um povo. O patrimônio para esse programa de governo é um eixo de desenvolvimento cultural, social e econômico para Goiânia. Com rico acervo patrimonial, os edifícios históricos da capital carecem de políticas que os protejam, restaurem e os valorizem. Para além do estilo art déco eclético, temos outros estilos arquitetônicos que contam nossa história e que devem ser ressaltados por meio de políticas públicas patrimoniais.

Para tanto, é imprescindível a reativação do Conselho Municipal de Patrimônio, bem como a criação de um fundo municipal que fomente a preservação e a divulgação desse acervo. O patrimônio imaterial também deve ser visto como estratégico para uma política patrimonial séria, haja vista que é a imaterialidade que dá sentido ao material. Isto é, o que faz uma edificação ou um monumento ser importante para nossa identidade é sua história, os saberes envolvidos na sua construção, no valor da época que ele representa.

12. MOBILIDADE URBANA

As propostas apresentadas neste plano em relação à mobilidade visam ao atendimento das demandas de toda população. No entanto, uma atenção especial será direcionada às pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos, conforme indicado no item 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS). Busca-se reconhecer a interface das ações de mobilidade com a saúde e a segurança da população, levando-se em consideração ainda os cuidados com o uso do solo e a proteção ao meio ambiente, com o objetivo de oferecer à população um acesso seguro e confiável aos modais urbanos.

Neste plano, busca-se analisar os gargalos e as deficiências da mobilidade urbana em Goiânia, com base em estudos e dados que identificam as causas e as consequências da atual situação. Na elaboração das propostas apresentadas na sequência, levou-se em consideração o caráter transversal do tema da mobilidade, em sintonia com o que é preconizado na Agenda Convergente da Organização Pan-americana de Saúde, para a gestão urbana. As propostas



elencadas a seguir têm por objetivo a construção de uma cidade mais sustentável e inclusiva, priorizando a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos.

TRANSPORTE COLETIVO

O sistema de transporte coletivo de Goiânia integra a Rede Metropolitana de Transportes (RMTC), abrangendo 21 municípios. A gestão é compartilhada entre a Prefeitura de Goiânia, o Estado de Goiás e os municípios da RMTC. A qualidade do serviço precisa ser aprimorada, com maior oferta de viagens, redução do tempo de espera, ampliação da rede de corredores exclusivos e intensificação de ações para garantir a segurança dos usuários.

TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA

A capital goiana registrou 251 óbitos por acidentes de trânsito em 2022, com aumento de casos entre idosos. Neste plano, propõe-se a adoção do “Sistema Seguro no Trânsito”, já implementado com sucesso em alguns países, visando à redução de mortes por acidente. Um exemplo de medida desse programa é a redução da velocidade no Centro da cidade, que resultou na diminuição de acidentes. Por isso, é crucial que a população compreenda a importância da redução da velocidade para a segurança e a qualidade da mobilidade urbana.

MOBILIDADE ATIVA

A cidade enfrenta problemas como falta de pavimento, pisos irregulares, obstruções, ausência de iluminação, rampas e sinalização tátil, tornando as calçadas inseguras e intransitáveis. A Lei de Calçadas de Goiânia (2019) define responsabilidades para proprietários de imóveis na construção e na manutenção de calçadas, mas a sua aplicação ainda é ineficiente. Goiânia, pela sua topografia, é uma cidade adequada para o aumento do uso de bicicletas, contudo a sua estrutura cicloviária ainda é insuficiente. Por isso, a implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas ainda precisa ser expandida e integrada para atender à demanda crescente de ciclistas.

13. INFRAESTRUTURA CINZA

A infraestrutura cinza refere-se às estruturas físicas construídas, como edifícios, estradas, sistemas de saneamento e drenagem pluvial, que são essenciais para o funcionamento das cidades. Ela se aplica sobre a infraestrutura verde e ao uso do solo para fazer a cidade funcionar de forma sustentável. Às obras de engenharia cinza se somam as Soluções Baseadas na Natureza, que aliam temas de infraestrutura cinza e verde. Considerando esses desafios, serão apresentadas propostas para melhorar a qualidade da iluminação pública, do abastecimento de água e esgotamento sanitário, da drenagem pluvial, dos resíduos sólidos e limpeza urbana de nossa cidade.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Nos últimos anos, o crescimento de Goiânia tem sido significativo. A cidade enfrenta desafios enormes em termos de infraestrutura social, que são agravados pelas realidades emergentes



do aquecimento global e das mudanças climáticas. Com riscos crescentes de seca e alagamentos, é crucial adaptar a cidade para proteger sua população e garantir o seu crescimento com infraestrutura social. As ações propostas visam tornar Goiânia mais resiliente, protegendo a população e promovendo um desenvolvimento urbano sustentável.

O aquecimento global é uma realidade que exige ação imediata. Goiânia enfrenta riscos de seca e alagamentos, e é crucial adaptar a cidade para proteger sua população. O relatório do IPCC da ONU (AR6, 2022) destaca a necessidade de mitigar emissões de gases de efeito estufa e adaptar a infraestrutura urbana para suportar eventos climáticos extremos. As ações propostas visam tornar Goiânia mais resiliente às mudanças climáticas, protegendo a população e promovendo um desenvolvimento urbano sustentável.

Goiânia precisa expandir seu programa de proteção animal, abrangendo resgate, castração, posse responsável e adoção. É essencial apoiar instituições voluntárias que já atuam nessa área. O hospital veterinário municipal, UPAVet, precisa de ampliação e melhorias para atender adequadamente, especialmente a população de baixa renda.

14. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A Transformação Digital consolida-se a partir do ano de 2010, período em que se inicia a fase do avanço do emprego da TIC-Tecnologia da Informação e Comunicação para aprimorar e aprofundar as Políticas Públicas. A cidade de Goiânia precisa e pode acelerar esse processo de transformação na cidade. Trata-se de uma transição importante para a população. Espera-se que as soluções se tornem mais efetivas e que a gestão municipal use a tecnologia para tornar as Políticas Públicas mais eficazes, participativas, abrangentes e simplifique a vida do cidadão e das organizações na relação com a gestão do município. As estratégias de Transformação Digital propostas para a cidade devem considerar os avanços, resultados, desafios e dificuldades das ações existentes de Governo Eletrônico e Digital, e ao mesmo tempo, precisam ser direcionadas de imediato para dentro do governo e, na fase de avanço da Transformação Digital, serem direcionadas com mais vigor para a melhoria da vida do cidadão. As pautas de proteção de dados; de plataforma de serviços para todos; da cidade inteligente; de integração com o Gov.br do governo federal; de inclusão digital; de formação de ecossistemas digitais; e de fomento à inovação tecnológica, precisam fazer parte da agenda prioritária de modernização da cidade de Goiânia.

15. ESPORTE E LAZER

Serão apresentadas neste plano propostas para desenvolver o esporte e o lazer como direitos sociais acessíveis a todas as pessoas. Elas enfatizam a diversidade das práticas, a manutenção e a construção de espaços e equipamentos, a valorização dos profissionais, a criação de mecanismos de gestão democrática com a participação da comunidade. Entende-se que a política pública de esporte e lazer deve democratizar o acesso, respeitar diferenças e integrar a comunidade, melhorando a qualidade de vida e promovendo a cidadania.



A organização administrativa da Prefeitura de Goiânia divide o esporte e o lazer em duas estruturas: a Secretaria Municipal de Esporte (SMESP) e a Agência Municipal de Turismo, Eventos e Lazer (Agetul). No entanto, há sobreposição de atividades entre os dois órgãos, especialmente em eventos e programas de atividade física e esportiva. O ordenamento legal sobre o esporte e o lazer está defasado e precisa ser atualizado com base na Lei Geral do Esporte (Lei n. 14.597/2023). Além disso, faltam transparência e publicidade das informações sobre o esporte e o lazer na cidade. A SMESP enfrenta desafios, como a falta de integração com programas federais, financiamento descontinuado e pontual e a ausência de um plano de esporte e lazer para o município. Isso resulta em trabalhadoras e trabalhadores desmotivados e recursos direcionados para eventos em vez de projetos estruturantes. Goiânia tem um clima e espaços que favorecem o esporte e o lazer ao ar livre, mas carece de equipamentos esportivos qualificados e acessíveis. Para isso, é necessário reestruturar a SMESP e garantir recursos estáveis para promover o desenvolvimento do esporte e do lazer na cidade.

16. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O tema “Desenvolvimento social”, no Plano de Governo de Adriana Accorsi para Goiânia, destaca a importância de implementar políticas sociais para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida, especialmente para os mais vulneráveis. Algumas propostas incluem a integração de ações para combater a miséria e as desigualdades, garantir e ampliar direitos sociais, assegurar condições de sobrevivência para famílias vulneráveis, promover a inclusão produtiva e articular políticas públicas municipais para cuidar e proteger as pessoas. O objetivo é garantir o bem-estar, a proteção social e a inclusão produtiva, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva em Goiânia.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

É necessário garantir o direito à moradia digna para todos os cidadãos, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade. O déficit habitacional em Goiânia afeta milhares de famílias, o que justifica a importância de desenvolver políticas públicas que promovam a construção de habitações populares e a regularização de áreas informais. Neste Plano de Governo, propõe-se a criação de um programa municipal de habitação de interesse social, a elaboração de leis que facilitem a assistência técnica e a mediação de conflitos urbanos, além de ações que priorizem famílias em situação de risco. A regularização fundiária é vista como uma ferramenta essencial para combater a especulação imobiliária e garantir a estabilidade das comunidades, promovendo um desenvolvimento urbano justo e inclusivo. Para enfrentar esse desafio, propõe-se um amplo programa de regularização fundiária para solucionar problemas que se tornaram estruturais em vários bairros de Goiânia.

17. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FINANÇAS PÚBLICAS

O desenvolvimento econômico sustentável é essencial para garantir a geração de empregos, a atração de investimentos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A implementação de programas que incentivem a inovação, o empreendedorismo e a capacitação da força de trabalho é crucial para fortalecer a economia local. A gestão adequada das finanças públicas,



de forma moderna, justa, responsável, eficiente e transparente, sem a criação de novos tributos, aliada a um plano de desenvolvimento econômico, permitirá que Goiânia enfrente, com sucesso, seus desafios econômicos e sociais.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO

A modernização da gestão fiscal do município é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico sustentável de Goiânia, contribuindo para recuperar a saúde financeira do município e tornando o ambiente de negócios mais atrativo. Por isso, a adequação do sistema tributário em consonância com a reforma tributária, a simplificação do processo de arrecadação e a criação de parcerias com o setor privado para atrair novos investimentos estão entre as principais propostas deste Plano de Governo.

18. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

As propostas para ciência, tecnologia e inovação apresentam estratégias destinadas a transformar Goiânia em uma cidade inteligente, sustentável e referência nacional em inovação tecnológica. As propostas incluem a promoção de conectividade gratuita em espaços públicos, o desenvolvimento de plataformas de monitoramento sustentável, o suporte tecnológico às secretarias municipais, a modernização de infraestruturas e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino para a formação contínua e a divulgação científica. Além disso, busca-se fomentar a economia criativa e a indústria limpa, fortalecer incubadoras e aceleradoras de negócios tecnológicos e promover a capacitação dos produtores rurais com tecnologias inovadoras e sustentáveis, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à criação de um ambiente urbano resiliente e inclusivo.

19. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA-AUP

A área de "Segurança alimentar e nutricional, agricultura urbana e periurbana (AUP)" destaca a urgência de implementar políticas públicas que abordem a crise alimentar e as desigualdades sociais em Goiânia. A AUP é apresentada como uma estratégia vital para melhorar o acesso a alimentos saudáveis, promover a economia local e gerar oportunidades para a agricultura familiar. O documento propõe ações como a criação de circuitos curtos de comercialização, feiras agroecológicas e programas de renda mínima, visando fortalecer a soberania alimentar e a saúde da população. Além disso, enfatiza a importância de valorizar saberes populares e promover a transição agroecológica, buscando garantir a segurança alimentar e nutricional de forma sustentável e inclusiva.

20. SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é abordada neste plano como um direito fundamental e essencial para a construção de um Estado democrático. Enfatiza-se a necessidade de um sistema de segurança pública articulado e eficiente, que enfrente a violência e a criminalidade de maneira integrada. Propõe-se, ainda, a criação de um Conselho Municipal de Segurança Pública, para garantir a participação da sociedade civil na elaboração e no monitoramento de políticas públicas. Além



disso, são sugeridas ações como o mapeamento de grupos vulneráveis, a implementação de videomonitoramento e a promoção de diálogos entre diferentes secretarias e instituições para prevenir a violência e promover a convivência cidadã. Também se destaca a importância de uma abordagem preventiva, que envolva a educação e a assistência social como ferramentas para reduzir a criminalidade. As propostas contidas neste plano têm como objetivos centrais CUIDAR das pessoas e proteger a vida!

PS.: Este Plano de Governo está em construção, aberto à comunidade para críticas e sugestões por meio dos canais oficiais da campanha da candidata Adriana Accorsi.